

**Discurso Audição Parlamentar MCTES
Orçamento do Estado 2023
(31 de outubro de 2022)**

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Exmas. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

A audição que hoje aqui toma lugar é uma audição sobre o Orçamento de Estado para a área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior. Contudo, esta audição não é apenas uma discussão sobre orçamento, mas também uma visão estratégica, sobre onde pretendemos estar daqui a um ano, no final desta legislatura e no final desta década.

E a nossa **visão é a de manter a trajetória muito positiva que fez com que Portugal tenha sido nas últimas duas décadas um dos países da OCDE onde o aumento de qualificações superiores entre os 25-34 anos tenha sido mais expressivo**, ao passar de **17% para 47%** de diplomados de ensino superior nessa faixa etária entre 2000 e 2021. Esse percurso, conduziu a que tenhamos tido em 2021/22 o número mais elevado de estudantes de sempre, com mais de **433 mil inscritos**, e é para manter de modo a que no final desta década tenhamos 6 em cada 10 jovens de 20 anos NO ensino superior, quando neste momento temos 51,5% (2021), e 50% da população entre os 30 e os 34 anos COM ensino superior, quando neste momento temos 44,5% (2021).

A nossa **visão é a de aprofundar a oferta do Ensino Superior a uma base de recrutamento potencial mais diversa**, quer em termos de composição social, quer em termos de qualificação e requalificação da população ativa, bem como na sua formação ao longo da vida. Esta prioridade não é apenas relevante para o desenvolvimento económico do País, por via da melhoria das qualificações e competências da sua população ativa, mas assume, também, particular importância para as próprias Instituições de Ensino Superior, nomeadamente por contribuir para a sua sustentabilidade futura.

A nossa **visão é a de ter um sistema científico menos burocratizado, com regras de execução financeira e de contratação pública simplificadas** e adequadas ao contexto internacional e competitivo dos projetos desenvolvidos pelas instituições. **Um sistema baseado na confiança, onde se dá autonomia e se pede responsabilidade**, um sistema onde docentes e investigadores possam dedicar o seu tempo a investigar e não a realizar funções

administrativas e financeiras, e onde a gestão é feita por um corpo profissionalizado, experimentado e estabilizado.

A nossa visão é de aumentar o investimento no Ensino Superior e na Ciência para valores médios compatíveis com a nossa posição internacional e que permitam que Portugal se mantenha em convergência com os países com os quais se deve comparar em termos de qualificação e investigação, razão pela qual o orçamento proposto para 2023 tem um **aumento de 4,7%** relativamente ao orçamento de 2022.

Apesar de a despesa total em I&D ter atingido em 2021 um novo máximo histórico, de 1,69% do PIB, as metas a atingir até 2030 neste domínio são um desafio muito relevante e exigente, que reclama estímulos adicionais ao investimento nesta área. Recordo que a meta de 3% em 2030 é para ser repartida em 1/3 de investimento público e 2/3 de investimento privado. Neste momento temos 0,69% público e 1% privado. Reforçando o que o Senhor Primeiro-Ministro referiu ainda na semana passada: **“Portugal não pode parar!”**. **E para que o país não pare, mais “Investimento em ciência é essencial”**.

Com base nesta visão, a proposta orçamental e o trabalho que será realizado durante o ano de 2023 apoiado neste orçamento que hoje tenho o prazer de vos apresentar está enquadrado em **três** grandes princípios: **ESTABILIDADE, CONFIANÇA e COMPROMISSO**.

É uma proposta orçamental que visa a **ESTABILIDADE**:

ESTABILIDADE para os estudantes de ensino superior e as suas famílias, porque é um orçamento que melhora a eficácia e a eficiência do sistema de atribuição de bolsas de estudo e a garantia da sua previsibilidade, como formas de estimular o acesso ao ensino superior de candidatos economicamente carenciados, ao nível de formação inicial ou pós-graduada. Conforme o compromisso assumido no OE de 2022, esse trajeto está em curso, registando-se já neste ano letivo uma aceleração muito significativa da atribuição e pagamento de bolsas de estudo, largamente superior a qualquer outro ano letivo, **com quase metade dos processos decididos ao fim do primeiro mês** e com mais de 42 mil bolsas atribuídas e 36 mil bolsas pagas, **o número mais elevado de sempre, para qualquer destes indicadores, ao fim do primeiro mês de aulas**.

Mas estamos bem cientes que essa estabilidade não exige apenas rapidez na atribuição de bolsas. Exige também montantes de bolsas adequados a ajudar os estudantes a combater os efeitos da carestia de vida e a compensar o efeito da inflação na perda do seu poder de compra. Assim, gostaria de transmitir às senhoras e senhores deputados que **o Governo decidiu, com efeitos já em 2022, um aumento das bolsas dos estudantes de ensino superior de 10% para todos os estudantes bolseiros, acrescido de mais 5% de majoração nos**

complementos quando esses bolsheiros sejam deslocados, e um aumento de 50% nas bolsas dos estudantes carenciados para realizar períodos de mobilidade Erasmus.

Esta medida, que vigorará extraordinariamente neste ano letivo, **permitirá que todos os estudantes bolsheiros tenham a sua bolsa aumentada acima de todas as previsões de inflação existentes**, garantindo-se assim que, no mínimo, se mantém o valor real do apoio social que é concedido.

Esta medida adiciona-se obviamente ao pacote de reforço dos apoios sociais que já havia sido decidido em agosto deste ano e que havia sido aprofundado na proposta de orçamento do Estado, onde já se propôs o alargamento dos apoios ao alojamento de todos os estudantes com capitações até aos 10 443 € anuais de rendimento.

ESTABILIDADE para as instituições de ensino superior, porque se manteve o contrato de legislatura, fazendo com que, ao longo de 8 anos, tenha sido possível contratualizar o financiamento das IES públicas num quadro de previsibilidade e com um aumento continuado da sua dotação orçamental, apesar das grandes incertezas e dificuldades que o país e o mundo têm enfrentado.

ESTABILIDADE para o sistema científico, através do crescimento do financiamento público da ciência, prosseguindo a trajetória dos últimos 6 anos de investimento na ciência e reforçando o investimento público em I&D, com um aumento efetivo de 3,5% na dotação anual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A este aumento acresce o compromisso de continuar a capitalizar fundos europeus competitivos quer de gestão centralizada (i.e., através do Programa Horizonte Europa da Comissão Europeia) quer através dos fundos estruturais, mantendo a trajetória por forma a assegurar a concretização das metas fixadas para o final da década.

e por fim ESTABILIDADE para os docentes e investigadores, porque durante o ano de 2023 será finalmente atualizado o **estatuto de carreira de investigação científica**, consagrado e aprovado o **regime jurídico das carreiras de docência e investigação no ensino superior privado** e consagrado um mecanismo de **apoio à abertura de procedimentos concursais** para a carreira de investigação científica ou docente a que as instituições públicas se encontram obrigadas no término dos 6 anos de contratação a termo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016.

É uma proposta orçamental assente na **CONFIANÇA**:

CONFIANÇA num sistema de acesso ao ensino superior que promova a equidade e a diversificação do perfil dos estudantes e contribua para reduzir a desigualdade de oportunidades entre candidatos com as mesmas características, bem como aumentar a representação de grupos vulneráveis e sub-representados no sistema de ensino superior. **Nesse contexto, será**



iniciada uma discussão pública sobre a reforma do sistema de acesso ao ensino superior e o ingresso no ano letivo 2023/2024 já beneficiará das conclusões dessa discussão.

CONFIANÇA num sistema científico que não pode investigar e formar em circuito fechado, que deve aprofundar as suas relações com o ecossistema empresarial, que deve estimular uma melhor integração de doutorados em contextos não académicos e favorecer a translação de conhecimento para a sociedade. Neste momento, temos **8%** de doutorados em ambiente não académico/científico. **Nesse contexto, é um objetivo que, até 2027, as bolsas de doutoramento em ambiente não académico passem a representar pelo menos 50% do total de novas bolsas atribuídas.**

CONFIANÇA no talento de docentes, investigadoras e investigadores, **com o lançamento do programa ERC-Portugal** em que uma das medidas visa premiar o mérito científico das candidaturas ao programa muito competitivo financiado pelo Conselho Europeu de Investigação que obtiveram classificação que permitiram transitar para a segunda fase de avaliação, mas que não foram propostas para financiamento. Este programa vai ser lançado no dia 24 de novembro, integrado nas comemorações do Dia Mundial da Ciência e do Dia Nacional da Cultura Científica.

É uma proposta orçamental que assenta no **COMPROMISSO**:

COMPROMISSO com a qualidade do ensino superior, ao criar os mecanismos que contribuam decisivamente para que os estudantes possam ter condições para serem bem integrados e que tenham sucesso na prossecução das suas formações, **procurando que ninguém fique para trás**. Apesar de o abandono no ensino superior em Portugal estar abaixo da média da OCDE, quer ao fim do primeiro ano, quer no fim dos 3 anos teóricos da duração da licenciatura, isso não pode deixar de nos inquietar. Nesse sentido, acabou de ser lançado um **programa de promoção de sucesso e redução de abandono no ensino superior, assente na figura do tutor e do mentor**, o qual privilegiará os novos estudantes. Este programa representa um esforço sem precedentes nesta área no ensino superior, no valor de 7 milhões de euros.

COMPROMISSO com o combate às desigualdades no ensino superior, estando previsto no Orçamento de Estado para 2023 um **aumento de 70%** em receitas de impostos para a **ação social, traduzido em mais de 23 milhões de euros**.

COMPROMISSO com o bem-estar dos estudantes, através do lançamento de um **programa de promoção da Saúde Mental nos estudantes do ensino superior**, em articulação com o Programa Nacional para a Saúde Mental e com o Ministério da Saúde. Este programa apoiará as IES na consolidação de mecanismos de apoio psicológico aos estudantes e na concretização de estratégias de intervenção precoce e de abordagem preventiva a este fenómeno, o que contribuirá positivamente para o desempenho académico dos estudantes após o período particularmente difícil da pandemia.

COMPROMISSO com a igualdade de género e com a conciliação da vida profissional e pessoal na investigação, garantindo que a maternidade e a construção de uma família são mais compatíveis com o desenvolvimento da sua carreira profissional. Nesse contexto, **será lançado o programa RESTART com o objetivo de se atribuir um projeto exploratório às investigadoras que foram recentemente mães**, para que possam colmatar a sua ausência da investigação durante o período de licença de maternidade e poderem dar início novamente às suas atividades de I&D.

COMPROMISSO com a eficácia e a eficiência do ensino superior, através do desenvolvimento de um novo modelo de financiamento, que privilegie o desempenho das Instituições de ensino superior, potenciando os efeitos de um modelo de financiamento claro e transparente para todas as instituições públicas, que facilite o planeamento plurianual da governação e gestão, e que contenha os estímulos adequados para promover o seu bom desempenho e assim incentivar o melhor cumprimento das suas missões institucionais.

COMPROMISSO com uma governação participada, dinâmica e eficaz das IES, **garantindo que em 2023 se realizará a avaliação do RJES, nas suas diversas vertentes**, numa discussão aberta e participada com o envolvimento das instituições de ensino superior, dos membros da comunidade académica, representantes da sociedade civil, associações de estudantes e sindicatos.

COMPROMISSO nas nossas relações internacionais, especialmente na colaboração com **Espanha** através do Laboratório Ibérico Internacional localizado em Braga, e do Centro Ibérico de Investigação em Armazenamento de Energia em Cáceres, assim como uma atividade conjunta reforçando o sector espacial português através da Agência Espacial Portuguesa e o fabrico de circuitos integrados, cujos memorandos de entendimento irão ser assinados na próxima cimeira Luso-Espanhola esta sexta-feira em Viana do Castelo.

Exmas. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Este orçamento para além de consolidar a ciência e a tecnologia como instrumentos de desenvolvimento do conhecimento e da inovação para um futuro sustentável e resiliente.

Este orçamento promove a equidade e o sucesso num ensino superior de qualidade.

Este orçamento fortalece as instituições de ensino superior e de I&D num quadro de estabilidade e autonomia.

Este é um orçamento que promove sinergias, assim como uma resposta integrada entre ensino superior e I&D, essencial para apoiar os desafios do presente com o olhar no futuro de Portugal.

Muito obrigado. Elvira Fortunato | Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior